



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 17 de Dezembro de 2019

Bolsonaro descarta reforma ampla, mas pode mudar Weintraub

Não se descarta saída de Mandetta da Saúde para disputar eleições municipais

Por Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro afasta a possibilidade de realizar uma ampla reforma ministerial no início de 2020, mas pode haver mudanças pontuais no primeiro escalão do governo. Interlocutores do presidente ouvidos pelo Valor classificam futuras substituições como “naturais”, uma forma de azeitar as relações e melhorar os resultados em determinadas áreas. É nesse contexto que o ministro da Educação pode deixar o cargo.

Com o desempenho e o comportamento criticados por diversas alas do governo exceto pela dita “ala ideológica”, ligada ao escritor Olavo de Carvalho, Abraham Weintraub tem recebido elogios públicos de Bolsonaro, mas fontes próximas ao presidente asseguram sua situação é delicada.

“Não está previsto mudar. E se perguntasse se está previsto me separar da minha mulher? Não está previsto, vocês vão escrever: ‘olha, talvez ele mude, mas não está previsto’”, disse ontem Bolsonaro ao ser questionado sobre se o ministro tem o cargo ameaçado. “De acordo

com as críticas que eles sofrem, por exemplo, o Weintraub, de acordo com os jornalistas que o criticaram, eu falei: ‘Weintraub, você não sai mais daí’ [do MEC]. Miriam Leitão, [Ricardo] Noblat criticando o Weintraub, é sinal que ele está funcionando.”

Apesar da defesa pública, Bolsonaro já há muito anda irritado com o comportamento espalhafatoso e polêmico do ministro.

Weintraub já chegou a chamar a mãe de uma internauta que o criticou no Twitter de “égua desdentada”. Mas o que azedou de vez o clima do ministro, sobretudo com a ala militar do governo, foi ter feito uma postagem a favor da monarquia no dia da Proclamação da República. Weintraub chamou o Marechal Deodoro da Fonseca de “traidor” que cometeu uma “infâmia” contra o então imperador Dom Pedro II.

Bolsonaro já convocou Weintraub ao Palácio para dizer que seu comportamento trazia mais dor de cabeça do que benefícios ao governo. “O presidente não é de largar ninguém na estrada, de uma hora para a outra. Ele vai avisando”, diz uma fonte.

Um auxiliar próximo do presidente afirma que alguns ministros também podem deixar o cargo para concorrer nas eleições municipais. Esse poderia ser o caso

de Luiz Henrique Mandetta (Saúde), em Campo Grande. Embora a assessoria do ministério negue, essa possibilidade é comentada no Planalto e entre fontes no DEM.

No Congresso, a pressão pela substituição do ministro de Minas e Energia também continua. Parlamentares e empresários têm relatado dificuldades em marcar agendas e dar sequência a pautas do setor. No entanto, o almirante Bento Albuquerque tem prestígio no Planalto e é considerado um importante quadro técnico.

Outra área que exigirá ajustes é a articulação política. Embora não comentem a possibilidade de trocas específicas no Planalto, fontes ouvidas pelo Valor admitem que “politicamente, 2020 será um ano difícil”, e que a tramitação das reformas tributária e administrativa deverá ser “arrastada”.

Hoje, a articulação está a cargo de Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral). Porém, mesmo com os ajustes e apesar da amizade de Ramos com Bolsonaro, o governo continua com dificuldades em aprovar matérias de seu interesse no Congresso. Onyx Lorenzoni (Casa Civil) tem sido cobrado pelo pouco apoio do DEM ao Planalto. Trocas no núcleo mais próximo do presidente não estão descartadas.





A avaliação de auxiliares do presidente é de que o “tabuleiro político” voltará desarrumado do recesso, o que gera temor de estagnação das reformas tributária e administrativa.

Por outro lado, a equipe econômica tem recebido elogios. Além de Guedes, secretários de sua equipe e os presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto; do BNDES, Gustavo Montezano; e da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, terminam o ano em alta conta. Outra área considerada promissora é a de Infraestrutura. O ministro Tarcísio Vieira é considerado “um técnico muito capacitado”, com projetos promissores.

“Tarcísio tem na cabeça tudo o que o Brasil precisa em termos de infraestrutura”, diz um ministro.

Weintraub é uma ideia

CARLOS ANDREAZZA

Especula-se sobre uma reforma ministerial e a queda de Abraham Weintraub. Não sei se este é o intento do presidente. Sei que a campanha contra o ministro da Educação tem por fonte — por cérebro e motor — a ala ideológica do governo, a que dá formulação e discurso ao bolsonarismo, e que ocupa território privilegiado, falando ao ouvido de Jair Bolsonaro, no Planalto. Sei também que este grupo não age — jamais agiu em quase um ano — sem o aval do presidente; e que nunca rachou. Terá sido a primeira vez?

Não faltam elementos a expor a fervura do óleo na panela amiga em que se quer empanar o ministro. Isso não significa, porém, que Weintraub cumpra mal a missão que lhe foi designada.

Bolsonaro estimula os conflitos internos. Há método na forma como multiplica inseguranças entre auxiliares. Ninguém estaria tão firme. O vaivém de sua palavra — o modo como provoca confrontos inclusive entre colaboradores os mais graduados — tem como meta também desautorizá-los. Ele o faz em público. Distribui derrotas. O mais forte no núcleo duro governista é o menos fraco.

Já escrevi, nesta coluna, sobre “a lógica do fusível” com a qual o presidente gere ministros. O fusível é um dispositivo cuja existência consiste em ser um anteparo condenado a queimar para que queimado não seja o sistema; para que protegidos restem governo e

governante. Bolsonaro não hesita em atropelar acordos — firmados por delegados seus, sob sua chancela — se puderem ser entendidos como triunfos em excesso da agenda de um assessor.

Terá sido assim — sob o espírito do “não se pode ganhar sempre” — que dinamitou o envio ao Parlamento da reforma administrativa costurada por Paulo Guedes. Foi assim que não mobilizou nem sequer minuto contra a diluição — a perda de identidade — do pacote anticrime de Sergio Moro; isto enquanto articulava para secar a independência lavajatista do ministro da Justiça, o popular ex-Moro, e transformá-lo no que ora é: espécie de advogado do bolsonarismo.

Com poucas exceções circunstanciais, auxiliares — mesmo os de primeiro escalão — estão no governo para se desgastar. O presidente não os poupa. Coloca-os em campo, como para-raios, sob as descargas das intempéries políticas, para que sejam eles, e não ele, os eventuais fulminados pela tempestade; não tendo pena de inutilizar um subordinado caso a agenda deste — autorizada por ele — desenvolva-se mal e represente risco de escalar para ameaçá-lo.

Isso não quer dizer, contudo, que os queimados sejam imediatamente descartados. Bolsonaro é hábil gestor de zumbis. Há também uma dimensão militar em sua estratégia: manter um cinturão de gordura, uma camada de esvaziados (Onyx

Lorenzoni), fanfarrões provocadores menos (Damares Alves) e mais nocivos ao país (Ricardo Salles, Ernesto Araújo e o próprio Weintraub), e enrolados (Marcelo Alvaro Antonio); bois de piranha conservados para o exercício de assombrar (e distrair) os críticos, notadamente a imprensa, mas cujo propósito adiposo seria, por distância, escudar o presidente.

Assim pensa Bolsonaro: “Se não conseguem nem sequer derrubar o ministro do Turismo, muito longe de me abalar estarão.”

Nada disso significa — repito — que Weintraub cumpra mal sua missão. Ele é um executivo. E executa. Opera sob a dinâmica da guerra cultural, do combate ao inimigo, aquele agente do establishment encravado na máquina estatal, cuja derrota só será possível com a destruição da máquina estatal. Weintraub veio para destruir. E entrega resultados.

Por que, então, a campanha por derrubá-lo? Afora o fato de que choques ceifadores internos sejam normais na dinâmica revolucionária, a blitz da ala ideológica contra o ministro deriva de ele trabalhar com algum grau de concepção econômica liberal. Quer diminuir o tamanho do ministério e ousou se mover para asfixiar a inexpressiva TV Escola. Mexeu numa entre as tantas tetas abocanhadas pelos pançudos jacobinistas, que consideram que a batalha consiste em destruir sem necessariamente reduzir, ocupando





os espaços e os aparelhando. Em suma: destruir sem dieta, enquanto engordam. A revolução dos reacionários tem fome. Quer assegurar a boquinha.

Essa é a razão por que se investe — desde dentro do Planalto — contra Weintraub. Se ele tombar, entretanto, tudo indica que outro com o mesmo objetivo devastador terá lugar. Enquanto os próprios bolsonaristas coziavam o antecessor Vélez Rodriguez, adverti para que aqueles perplexos com sua gestão não comemorassem — porque a chance de que viesse alternativa pior era imensa. Não deu outra. Repito a advertência agora.

Este 2019 já está perdido em matéria de Educação. Mais um. Outros anos natimortos virão. Não importa o ministro. Nada se pode erguer sobre um chão cuja instabilidade é projeto de governo. Weintraub é o espírito do tempo. Vai, fica: ele permanece. Weintraub é uma ideia.

Maconha chega ao setor de ensino superior privado

Adubo A maconha chegou ao setor de ensino superior privado. Depois de uma das maiores universidades particulares do país, a Estácio, lançar um curso de oito horas para capacitar médicos a prescrever canabinoides no mês passado, o Ministério da Educação recebeu um registro de pós graduação lato sensu sobre o assunto. O protocolo foi feito por uma instituição paranaense, Unifil, mas as aulas acontecerão em São Paulo. Com 360 horas o público alvo são médicos e dentistas.

Semente Segundo o médico Cesar Camara, um dos organizadores em parceria com a Unifil, serão ensinados conceitos de funcionamento e métodos de extração da planta.

Sorriso “A resolução da Anvisa restringiu a prescrição apenas aos médicos, mas há conceitos importantes para o conhecimento de dentistas também”, afirma Camara.

Aula O curso da Estácio abordou questões sobre neurologia, neuropediatria, psiquiatria e geriatria. Na ocasião, Silvio Pessanha Neto, gestor da empresa, disse que o estudo de medicina precisa acompanhar a evolução da ciência.

Prevista para este ano, decisão sobre Fundeb atrasa e agrada governo federal

Fundo de financiamento da educação básica expira em 2020; demora preocupa especialistas

Paulo Saldaña

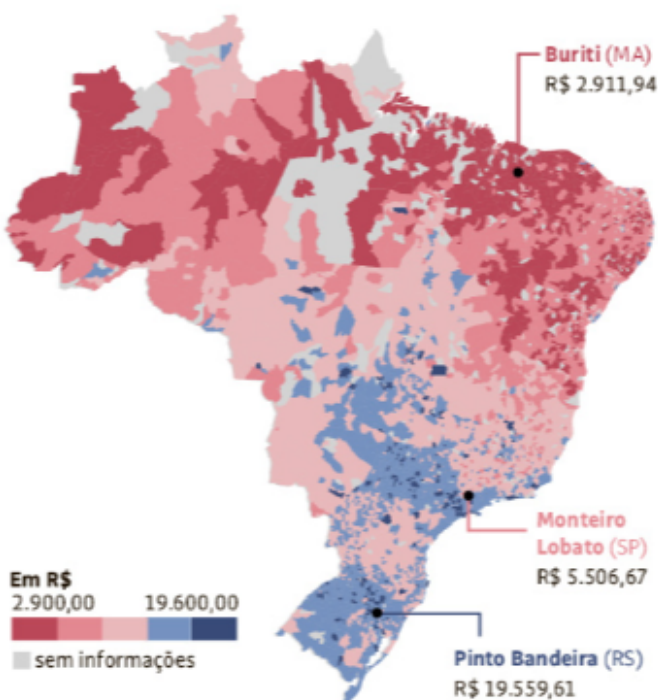
BRASÍLIA Apontada como o tema central da educação de 2019, a renovação do Fundeb (fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica) ficou para o ano que vem. Sem consenso sobre o texto no Congresso, o atraso traz preocupação acerca da garantia de uma proposta com avanços e da própria continuidade do fundo.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica e sua vigência expira em 2020.

Parlamentares e especialistas esperavam a aprovação ainda em 2019 de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que tornasse o fundo permanente, alterasse o formato de distribuição de recursos e ampliasse o papel da União nesse financiamento.

O fundo reúne impostos de estados e municípios e conta com uma complementação da União para estados, e respectivos municípios, que não atingem o valor mínimo a ser gasto por aluno. Esse complemento federal hoje é de 10% —

Mesmo com distribuição do Fundeb, gasto anual por aluno é muito desigual no Brasil**



**Dados de 2015, considera 5.162 municípios.
Fontes: FNDE/MEC, Inep/MEC e Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD. Elaboração: Todos Pela Educação/ Censo 2017





cerca de R\$ 14 bilhões, hoje.

Os maiores entraves na discussão entre parlamentares, governantes e especialistas foram o tamanho dessa complementação, o modelo de distribuição e também a inclusão de regras que aliem transferências a resultados.

Colaborou para o impasse uma agenda legislativa apertada e uma participação tímida e desarticulada do governo Jair Bolsonaro na tramitação.

O plano atual da comissão especial que trata do tema na Câmara é votá-lo em fevereiro, tanto na comissão quanto no plenário da Casa. A matéria segue depois para o Senado.

Atores do debate educacional afirmam que, caso não haja aprovação até junho de 2020, o recesso e o calendário eleitoral dificultariam muito uma retomada da tramitação no segundo semestre.

“Se não aprovarmos até o meio do ano, a melhor chance que vamos ter é prorrogar, porque tem festa junina, Olimpíadas e eleições”, diz João Marcelo Borges, diretor de estratégia política do Movimento Todos Pela Educação. “Seria muito difícil construir durante a disputa eleitoral.”

De acordo com Borges, a boa articulação com o Senado, entretanto, é um sinal positivo para que o texto tenha tramitação acelerada após passar pela Câmara.

Minuta do texto da relatora,

deputada Professora Dorinha (DEM-TO), chegou a ser apresentada na comissão em setembro. A proposta elevava de 10% para 40% a complementação União, de forma gradual.

O MEC (Ministério da Educação) defendeu complementação de 15%. O governo decidiu encaminhar no próximo ano ao Congresso uma versão própria do texto, o que pode embolar ainda mais a tramitação.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz a interlocutores que agrada a ideia de ver o tema arrastado até o último momento como estratégia para tentar emplacar o que o governo deseja.

Mas até mesmo entre os parlamentares os 40% não receberam o apoio esperado, em especial depois que a área econômica divulgou dados imprecisos para reforçar o argumento de que impacto seria inviável.

A Folha apurou que a versão final trará um recuo com relação a isso e proporá um percentual de 20% a 30%. A ampliação seria escalonada em um grau menos intenso. Antes o índice passaria a 15% já no primeiro ano; agora, a ideia é que a transição comece em 12,5%.

Também estará no texto um formato híbrido de distribuição dos recursos: os 10% que já fazem parte do fundo continuarão da mesma forma, com base na realidade de cada estado (o que vale também pa-

ra os municípios).

Os recursos extras acima dos 10% seriam rateados a partir da realidade dos municípios, o que atinge cidades pobres em estados ricos (no formato atual, elas não recebem complementação). Esse modelo atende demanda de estados, municípios e parlamentares que temiam perda de recursos caso todo montante migrasse para o novo formato, considerado mais justo.

Também será incluída alguma medida para atrelar repasses a resultados educacionais e a outros indicadores, como nível socioeconômico.





Os detalhes ainda estão sendo construídos.

Segundo Dorinha, o texto está praticamente fechado e houve um esforço para atender diferentes visões. "Tivemos uma decisão estratégica [de adiar] porque talvez não fosse bom expor um texto neste momento e ter um período muito grande de intervalo [no recesso] para votar."

Os deputados da comissão não conseguiram firmar um canal de interlocução com o governo. Só na última semana a deputada teve um encontro sobre o tema com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Há um consenso de que o texto não será levado a voto, na comissão ou no plenário, sem que haja certeza de apoio na Casa. Parlamentares apostam no protagonismo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para imprimir prioridade ao tema, o que não ocorreu em 2019.

O secretário de Educação de Pernambuco, Fred Amancio, expõe preocupação com o prazo apertado. Ele diz que era importante a aprovação neste ano para que houvesse uma transição mais planejada.

"A discussão precisa ser travada no primeiro semestre, é uma meta para o país, não só do Congresso ou do governo", diz ele, que é vice-presidente do Consed (que reúne secretários estaduais de Educação). "O Fundeb é estratégico para a educação."

O Fundeb representa mais de R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos na educação básica. O mecanismo, no entanto, não consegue reduzir todas as desigualdades: o valor investido por aluno, dadas todas as fontes, varia quase sete vezes no país, conforme os recursos do município.



Entenda o Fundeb

O que é o Fundeb? O fundo é composto de alguns impostos estaduais e municipais e uma complementação da União, hoje de 10%.

Como é distribuído? Com base no número de alunos por etapa e a complementação é enviada aos estados que não atingem o valor mínimo por aluno estipulado a cada ano.

O que deve mudar na complementação? O complemento da União deve ser elevado, mas não a 40%, como previsto até agora. O índice deve ficar entre 20% e 30%, mas isso depende de negociação.

O que deve mudar na distribuição? Os novos valores incluídos na complementação, a partir de 10%, terão divisão a partir do valor total disponível em cada rede, o que inclui mais recursos a municípios mais pobres.

Haverá estímulo a resultados? Texto vai prever distribuição de parte dos recursos a municípios com base em indicadores de melhoria; formato ainda está em discussão.

Quais são os prazos? O Fundeb vence em 2020 e um novo modelo está em discussão no Congresso. Após a PEC, há um novo caminho para definição de uma lei de regulamentação para efetivar sua validade.



Bolsonaro diz que TV Escola 'deseduca' e defende o fim de contrato

Talita Fernandes
e Paulo Saldaña

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) defendeu o cancelamento de contrato do Ministério da Educação com a TV Escola. Na visão dele, os programas do canal eram todos de esquerda e seguiam os pensamentos do educador Paulo Freire, a quem se referiu como energúmeno.

"Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca. Por que a educação do Brasil está lá embaixo? Por causa dessas programações. Agora o pessoal está criticando. Esse tipo de cultura é para acabar mesmo. Queriam renovar o contrato... R\$ 350 milhões iam ser jogados no lixo", disse, ao ser questionado por uma apoiadora que o aguardava na porta do Alvorada.

A expectativa era de que o contrato de gestão com a Associação Roquette Pinto em 2020 ficasse em cerca de R\$ 70 milhões, similar ao de 2019.

"E outra, era uma programação totalmente de esquerda. Ideologia de gênero. Tem que mudar. Daqui 5, 10 anos vai ter reflexo disso aí. Trinta anos em cima dessa ideologia aí desse Paulo Freire, desse energúmeno aí que foi ídolo da esquerda", afirmou.

O ministro Abraham Weintraub (Educação) determinou o despejo da TV Escola das dependências do MEC e encerrou o contrato com a Roquette Pinto. Não há certeza sobre a continuidade do canal.

Educadores, tremem!

O ano vai terminando, mas o presidente Jair Bolsonaro parecer disposto a atrair chuvas e trovoadas e causar marola até o último dia, o último minuto. Xingar o patrono da Educação brasileira de “energúmeno”? Acusar a TV Escola de ser esquerdista e “deseducar”? É, no mínimo, chocante.

Energúmeno significa endemoniado, possuído, mas costuma ser usado para denegrir a imagem de alguém como idiota, louco, bobo, às vezes fanático e exaltado. Quem, em sã consciência, pode achar que Paulo Freire é merecedor de algum desses adjetivos? Um homem que dedicou a vida à educação, sonhou e trabalhou pela igualdade, pelos direitos dos mais desvalidos, pela consciência coletiva de que, sem condições iguais na largada, ou na infância, o Brasil jamais será um país igual para todos.

Fica ainda mais trágico quando quem chama Paulo Freire de endemoniado enaltece demônios como Pinochet, Stroessner, Brilhante Ustra. Freire lutou pela vida, pelo bem. Os ídolos do presidente geraram morte, tortura, desaparecimentos, destroçando vidas e famílias cruelmente.

Nada anda na educação, que acaba de perder mais um ano e acumula déficits há décadas (inclusive porque jogaram fora os princípios e métodos de Paulo Freire). Veio o patético Velez

Rodriguez, que demorou, mas caiu. Veio o performático Abraham Weintraub, que está demorando e, segundo Bolsonaro, não vai cair. E a política para o ensino básico, o ensino médio, o ensino superior? Ninguém sabe, ninguém viu. No MEC, o foco está em ideologia.

Só se ouve um ministro mandar professores e alunos decorarem e entoarem o slogan de campanha do presidente da República e o outro acusar as universidades de só servirem para “balbúrdia” e plantação de maconha, enquanto imita Gene Kelly num vídeo, faz palhaçadas em outro, ataca todo mundo e não perdoa nem Paulo Guedes.

E por que o presidente Bolsonaro avisa que não vai demitir ministro nenhum e classifica Weintraub como “excelente”? Provavelmente porque o ministro da Educação participa de um amplo plano político para 2020, quando haverá eleições municipais.

Sem partido, depois de abandonar o PSL e os laranjais, Bolsonaro pode não ter condições para viabilizar o Aliança pelo Brasil a tempo de concorrer a prefeituras e câmaras legislativas. Logo, ele precisa de um plano B para eleger os futuros militantes da nova sigla.

A campanha maciça pela internet, tão eficaz na eleição de 2018, tende a ser de novo importante, mas não tão determinante em 2020. Eleição

municipal exige presença, cara, voz, líder local. E onde se encontram esses fatores de campanha? No caso de Bolsonaro e de seu futuro partido, nos templos evangélicos e nas escolas. Sempre haverá pastores, pais e professores prontos a acreditar que “ser de direita” é ser isso aí: contra a igualdade, a educação inclusiva, o respeito às diferenças, os direitos das minorias.

Enquanto xinga Paulo Freire e promove quem xinga Fernanda Montenegro, Bolsonaro fecha a TV Escola com um pretexto daqui, outro dali, mas no fundo por um único motivo: ele acha, ou foi convencido de que ali só tinha esquerdista.

A TV Escola, porém, não era de esquerda e era muito importante para divulgação de métodos, técnicas e informações relevantes para um nicho específico: professores e estudantes. Com o perfil institucional, não seria justo exigir que competisse com TVs comerciais, mas tinha boa audiência, maior do que a TV Câmara e a TV Senado.

Agora, não se sabe o que é pior: fechar a TV Escola pura e simplesmente ou transformá-la num instrumento de propagação em massa de ideologias conservadoras e virulentas. Ela não era de esquerda, mas pode vir a ser de extrema direita.

A TV Escola vai acabar ou virar veículo de propaganda da extrema direita?

Bolsonaro diz que TV Escola ‘deseduca’

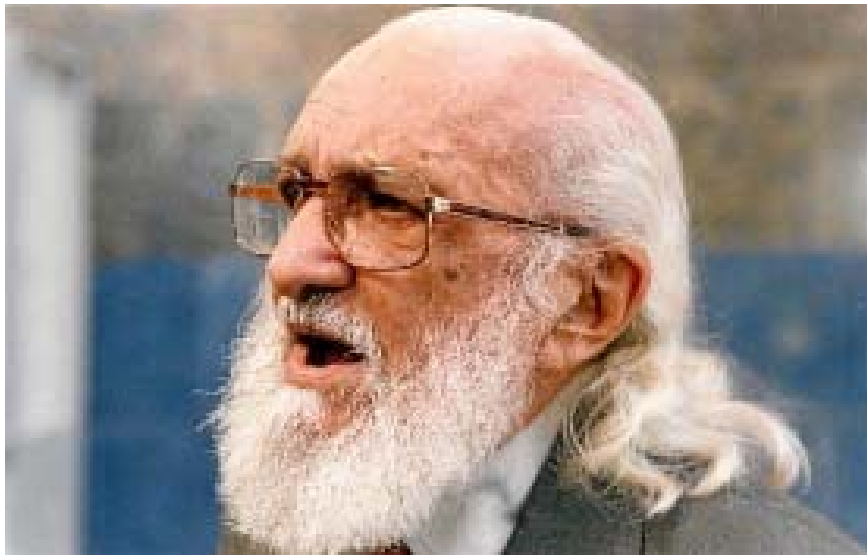
Mateus Vargas / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro chamou o educador Paulo Freire de “energúmeno” e afirmou que a TV Escola “deseduca”. Os comentários foram feitos ontem, na frente do Palácio da Alvorada, enquanto ele defendia o fim do contrato do Ministério da Educação com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), responsável por gerir a TV pública.

“Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca”, afirmou o presidente. O fim do contrato foi anunciado na sexta-feira. “Era uma programação totalmente de esquerda, ideologia de gênero. Dinheiro público para ideologia de gênero. Então tem de mudar.”

Bolsonaro afirmou que o valor da renovação do contrato era de R\$ 350 milhões, sem deixar claro o período de vigência. “R\$ 350 milhões que seriam jogados no lixo”, afirmou. “Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire. Esse energúmeno aí, ídolo da esquerda.”

Presidente ataca educador



Paulo Freire, morto em 1997, foi declarado patrono da educação brasileira

» INGRID SOARES
» RODOLFO COSTA

O presidente Jair Bolsonaro chamou o patrono da educação brasileira, o educador Paulo Freire, morto em 1997, de “energúmeno”. O ataque foi feito pelo presidente ao defender, ontem, a decisão do Ministério da Educação de despejar a TV Escola das dependências da pasta e encerrar o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que gerenciava a emissora.

Bolsonaro criticou o conteúdo programático da TV Escola. “Era uma programação totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de

gênero. Tem que mudar, e aí tem reflexo daqui a cinco, 10, 15 anos, vai ter reflexo disso aí”, acusou. O comentário foi sucedido por críticas a Paulo Freire. “Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida, esse energúmeno aqui, que foi ídolo da esquerda”, criticou.

“Conhecem a programação? Deseduca. Por que a educação do Brasil tá assim, lá embaixo? Tem pessoas comentando que vai acabar com a cultura... Esse tipo de cultura vai acabar. Agora, queriam renovar o contrato, R\$ 350 milhões, que seriam jogados no lixo”, sustentou o presidente. Segundo Bolsonaro, o objetivo é firmar contrato com outra companhia. “Vai gastar menos com outra empresa”, afirmou. Um dos

motivos alegados para a rescisão contratual é a baixa audiência. “Quem assiste à TV Escola? Ninguém assiste. É dinheiro jogado fora”, disse.

O presidente associou o atual modelo educacional com o resultado do Brasil no último exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). “Olha a prova do Pisa, estamos em último lugar do mundo. Se não me engano, ciência, matemática e língua portuguesa. Em um ou dois itens, somos os últimos da América do Sul. Vamos esperar o que desse Brasil?”, reclamou.

A educadora e viúva de Paulo Freire, Ana Maria Araújo Freire, 86 anos, afirmou que o tipo de crítica feita por Bolsonaro não é “postura de um presidente”, e que ele é um homem “nefasto”. “Paulo está lá sossegado no lugar dele, está no céu. Bolsonaro é um homem sem nenhum pudor, sem nenhum caráter, sem nenhuma autocensura. Tudo o que ele tem na cabeça é contra as outras pessoas, ele só tira das ofensas os três filhos, nem os outros dois ele tira. É um homem nefasto, uma coisa absolutamente terrível.”

A professora de política educacional da Universidade de Brasília (UnB) Catarina de Almeida Santos afirma que a justificativa sobre a baixa audiência dada por Bolsonaro não procede e faz parte de uma guerra cultural. “A TV Escola





não é uma tevê voltada para grandes audiências. É educativa e tem um público específico, como professores e estudantes, com grade horária muito diversificada. Sobre a crítica a Paulo Freire, ele é um dos educadores e teóricos mais conhecidos, não apenas no Brasil, mas no mundo. O intuito do presidente não tem a ver em querer investir em uma tevê pública, mas destruir uma que produzia conteúdo dos quais ele discorda”, argumentou.

Ex-diretora da TV Escola de 2015 a 2017 e doutora em educação pela PUC-SP, Mônica Franco ressaltou que os conteúdos da TV Escola “são produzidos pelo que há de mais excelente no país em termos de conhecimento e verdade científica”. “Não tem nenhuma diretriz que não seja validada pelo CNE ou pelo Congresso”, disse.

Sobre as críticas a Freire, Mônica Franco afirmou que o chefe do Executivo demonstra falta de conhecimento da história do educador. “Também demonstra profundo desrespeito. Ele pode ser contra, mas um chefe de Estado não deveria ter uma postura desrespeitosa com alguém que não está mais aqui para se defender. Ele poderia citar uma obra e falar onde está o grande mal que ele fez para a educação brasileira, eu li todas e não consigo identificar”, ponderou.

Ainda é tempo

CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Nas últimas semanas, o Brasil ficou envergonhado diante do mundo por causa de sete letras que indicam nossa triste posição no mundo. Somos campeões inversos em educação e na qualidade de vida. Nossa educação de base, conforme o Pisa, está entre as piores do mundo; conforme o IDH, temos a maior concentração de renda, pobreza persistente e saúde deprimente. Esses dois indicadores mostram as mazelas de cinco séculos, de 130 anos de República, mas sobretudo o fracasso do período democrático nos últimos 33 anos.

Demonstra que nós, democratas-progressistas, falhamos, não fomos capazes de reorientar o país na direção de um novo futuro. Deixamos 12 milhões de adultos analfabetos, 100 milhões sem saneamento, economia em recessão e desemprego. Mais grave é que o IDH não mostra a corrupção, as mordomias e privilégios, o atraso científico e tecnológico. O Pisa leva em conta o mau desempenho dos que estão na escola, ignora os que nunca estiveram nela e os que a abandonam antes do tempo.

Nós falhamos ao não definirmos

estratégias para que, em um prazo de poucas décadas, o nosso Pisa e o nosso IDH estejam entre as melhores do mundo. Ao lado da imagem da corrupção, esta é a nossa maior falha: não deixar uma bandeira fincada de como o Brasil seria um dia campeão em qualidade de vida. O eleitor nos mandou para casa sem saber qual é a nossa bandeira que fica, para nos diferenciarmos dos outros. A bandeira poderia ter sido a constatação de que IDH e o Pisa são diferentes indicadores de uma mesma realidade. O Pisa faz o IDH. Nossa bandeira deveria ter sido a promessa responsável de que em 20 ou 30 anos nossa educação estaria entre as melhores do mundo e todas as escolas teriam a mesma qualidade, independentemente da renda e do endereço da família dos alunos, como é em todos os países com bom IDH, porque o IDH decorre do Pisa.

Não fizemos isso porque estamos presos a ideias do passado: é possível crescer sem estudar, “50 anos em 5” na industrialização, com a educação estancada e desigual conforme a classe social. Não percebemos que nestes tempos de “economia pelo conhecimento” a dinâmica econômica vem da formação dos trabalhadores; e que a justiça social vem da igualdade no acesso à qualidade escolar. O caminho para a riqueza e para o IDH de seu país é não deixar qualquer criança para trás na educação. Seja porque

permanecerão na escola até o final dos estudos, seja porque terão toda chance para desenvolver seu talento intelectual, independentemente da renda da família.

Isso decorre de dois conceitos que nos amarram. Nós, brasileiros, não nos consideramos vocacionados para sermos campeões em educação. Somos um país cuja vocação é ganhar “bolas de ouro” com o melhor jogador do ano, não ganhar o Nobel com o melhor cientista do ano. Olhamos para a Fifa, em Zurique, não para o Conselho do Nobel em Estocolmo.

Segundo, porque 350 anos de escravidão e 130 de desigualdade criaram no inconsciente coletivo dos brasileiros a ideia de que escola com qualidade é privilégio da parte rica da sociedade, raras exceções conquistadas e aceitas. Nossa parcela rica se apegava a esse privilégio como um direito seu, não aceita para obras, subsídios, investimentos em outras áreas para investir em educação.

Nossa população pobre aceita mais a desigualdade na educação que sacrifica os filhos do que a desigualdade no transporte público. Ela se incomoda mais quando olha de um ônibus cheio para um carro bacana ao lado, do que ao passar em frente a uma escola de ricos que nem ao menos compara com a pobre escola dos filhos. Como se o





consumo de bens devesse ser um direito de todos, mas o acesso à educação de qualidade fosse direito para poucos. Como era no tempo da escravidão e do Império e continua depois da Abolição e da República.

A tragédia da semana passada com o Pisa e o IDH será esquecida muito mais rapidamente do que o 2x1 que lembramos do Uruguai há 72 anos e do 7x1 da Alemanha, em 2014. Vamos esquecer e não vamos entender que o IDH baixo é produto da educação ruim e desigual refletida no Pisa. Pior ainda: não vamos ter a consciência de que podemos e devemos buscar sermos campeões mundiais em educação de base e termos os filhos de pobres e de ricos em escolas com a mesma qualidade.

Ainda é tempo. Daqui a dois anos, completaremos 200 anos de independência. Ao longo do nosso terceiro centenário, se perdermos o complexo de inferioridade intelectual e oferecermos escola de qualidade para todos, ainda poderemos ser uma das grandes nações do mundo.

DESAFIOS PARA 2020: EDUCAÇÃO »

Escolas melhores, alunos motivados

Aumentar número de vagas, investir em infraestrutura, capacitar professores e levar tecnologia à sala de aula são medidas para dar mais qualidade ao ensino e para ajudar a combater a evasão de estudantes

DARCIANNE DIOGO
MARIANA MACHADO

Melhorias em infraestrutura, capacitação de profissionais e uso de tecnologias são alguns dos desafios indicados por especialistas para a educação no Distrito Federal em 2020. Neste ano, houve greve dos professores, início da gestão compartilhada com a Polícia Militar dentro das escolas e troca de secretários. Ao todo, 683 unidades atendem aos mais de 458 mil estudantes matriculados na rede pública, de acordo com os números do Censo Escolar 2019.

No início do ano, o relatório final do governo de transição indicou a necessidade de reforma ou de manutenção em 200 unidades de ensino, além da defasagem de 23.857 vagas em creches para crianças de até 3 anos. Quase um ano depois, a Secretaria de Educação informou que três escolas estão em reforma: uma em Brazlândia, outra no Sol Nascente e a terceira, em São Sebastião. Além disso, uma foi reconstruída na Vila Planalto. Quanto às creches, a pasta



Maria das Graças e o filho Hadryan, que estuda no CED 1 da Estrutural: uma das escolas que adotaram a gestão compartilhada em 2019

inaugurou duas em Samambaia em julho e agosto deste ano.

Outro problema é a distorção idade-série, isto é, a proporção de estudantes com mais de dois anos de atraso escolar. De acordo com o Censo Escolar 2018, 22,8% (81.243) dos alunos do DF estão nessas condições. “No Brasil, a criança não aprende o que é esperado para a série dela”, critica Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas.

Segundo ela, falta de capacitação de professores, altas taxas de reprovação e abandono e as

desigualdades socioeconômicas do país retratam gargalos educacionais. O mesmo censo mostra que mais de 6,7 mil (1,9%) pessoas abandonam os estudos. A percentagem é maior no ensino médio, em que 4,75% dos jovens não cumprem a fase escolar. Índices de reprovação também são evidentes: 7,9% dos alunos reprovaram em 2018, o equivalente a 27.371 estudantes. (veja Números da educação no DF).

A pedagoga e oficial do programa de educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Julia Ribeiro, elenca a gravidez precoce, a violência, o bullying e até os conteúdos mal ministrados em sala como motivos do abandono escolar.





“É preciso implementar políticas públicas que visem trazer esses alunos de volta para a escola”, afirma.

Ao Correio, o secretário de Educação do DF, João Pedro Ferraz, explicou que uma das metas para 2020 é inaugurar, ao menos, 10 escolas dos ensinos fundamental e médio e ampliar o número de vagas em creches até o meio do ano. “A educação é um ciclo. Não dá para darmos um tratamento de choque de imediato. Mas priorizaremos as escolas compartilhadas com esporte e cultura. Acreditamos que isso terá reflexo positivo.”

Um dos métodos aplicados para manter os jovens nas escolas é a educação integral. No DF, 201 unidades ofertam essa modalidade e atendem a mais de 33 mil estudantes. A ideia do governo é ampliar o serviço em 15% no ano que vem. De acordo com o secretário, primeiro é preciso melhorar a estrutura das instituições, aumentando as salas e contratando novos professores para receber esses alunos.

Militares nas escolas

Entre as mudanças que marcaram o ano, está a decisão do governo de implementar, em 12 escolas da rede de ensino pública, a gestão compartilhada com a Polícia Militar. O GDF pretende aplicar o modelo em 40 instituições até o fim de 2020. Atualmente, 16.316 jovens estudam nesses colégios, localizados em Ceilândia, na Estrutural, no Gama, no Itapoã, no Núcleo Bandeirante, em Planaltina, no Recanto das Emas, no Riacho Fundo 2, em Samambaia, em

Santa Maria, em Sobradinho e em Taguatinga.

Um dos primeiros a receber a novidade foi o Centro Educacional 1 (CED 1) da Estrutural, que tem 1,8 mil alunos do quarto ao sétimo ano do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos. Em fevereiro, a organização do local ficou dividida entre docentes (encarregados da parte pedagógica) e policiais militares (responsáveis pela parte burocrática e de segurança). A diretora do colégio, Estela Accioly, elogia as mudanças. “A escola está mais organizada e temos mais tempo para o pedagógico. Os alunos obedecem à hierarquia, e até o ambiente está mais limpo.”

Muitos pais também se mostram satisfeitos. É o caso da feirante Maria das Graças Oliveira, 43. Ela se formou na escola, e, hoje, o filho dela, Hadryan Oliveira, 10, estuda no mesmo lugar. “Antes, a gente não via um policial aqui. Há uns dois anos, entrou um cara quebrando cadeira, batendo em todo mundo. Teve criança machucada”, lembra. “A vinda dos policiais foi boa. Antes, até matar professor, os alunos queriam.”

No entanto, nem tudo foi positivo. No CED 3 de Sobradinho, um policial de 54 anos acabou afastado depois de assediar estudantes. O sargento enviou mensagens a alunas dizendo “beijo no cantinho da boca”. Especialistas em educação acreditam que a militarização das escolas é prejudicial. Catarina de Almeida Santos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do

Comitê DF na Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirma que, ao fim do primeiro ano letivo após o início da gestão, o balanço é negativo.

Para ela, o modelo transforma escolas em quartéis. “A polícia deveria cuidar do que lhe compete, deixando a área ao redor da escola segura para o professor trabalhar. A segurança falhou fora da escola e, por isso, está indo para dentro”, defende. “O grande papel da polícia para contribuir com a educação seria deixar nossa sociedade segura nas ruas. Do contrário, não vejo caminhos para que isso seja positivo.”

Avaliações

Criado pelo Inep, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) reúne os resultados de fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar e das médias do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ou da Prova Brasil. No último ano, o Centro de Ensino Fundamental 6 de Brasília (CEF 6), no Lago Sul, atingiu a meta.

Para a diretora Cátia José Teixeira, o segredo está no desenvolvimento de atividades práticas alinhadas à teoria. Em 2020, a novidade é o Grêmio Estudantil. As estudantes do 6º ano Ana Beatriz Teixeira, 11, e do 7º ano Ana Clara Reis, 13, estão animadas para participar. “Queremos interagir com os alunos e trazer melhorias. Tem crianças com mais dificuldades em aprender, então queremos dar mais





atenção a elas”, afirma Ana Beatriz.

No Guará, o Centro Educacional 3 (CED 3) não atingiu a meta do Ideb. A projeção para a escola na última avaliação era de 5 pontos, mas o resultado ficou em 3,9. De acordo com a supervisora pedagógica, Veruska Coutinho, a instituição tem investido em projetos para auxiliar na aprendizagem dos estudantes e melhorar o rendimento nos próximos anos. “Desenvolvemos vários programas de incentivo, como feira de profissões, produção de cinema e gincana cultural. Essas iniciativas instigam o aluno.”

Levantamento

O Censo Escolar é um levantamento sobre educação. É feito anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação. As escolas, públicas e privadas, e as redes de ensino estaduais e municipais fornecem as informações. O censo verifica desde dados sobre matrículas, rendimento dos alunos, infraestrutura dos colégios e funções docentes, entre outros. Enquanto números de matrículas são disponibilizados desde o início do ano, demais dados só são compilados no ano seguinte.

Números da educação no DF

683

unidades

Urbanas:

603

Rurais:

80

81.243

(22,8%) estudantes em situação de distorção idade-série no DF

27.371

(7,9%) estudantes em situação de reprovação no DF

6.725

(1,9%) estudantes em situação de abandono escolar no DF

Em 95 delas, isto é, em 13,9%, não há bibliotecas ou salas de estudo.

Necessidade de ambientes interativos

Um dos desafios da educação para 2020 é a aproximação com recursos tecnológicos. Em abril deste ano, o então secretário Rafael Parente anunciou que, até o fim de 2019, 70% das escolas teriam redes de internet Wi-Fi instaladas. A promessa não foi cumprida. A Secretaria de Educação informou que, em muitas escolas, o serviço é contratado por conta própria. O atual secretário, João Pedro Ferraz, disse que a expectativa é de que, até o ano que vem, todas estejam conectadas.

Leonardo Lazarte, professor do Departamento de Matemática da UnB, argumenta que é preciso investir em tecnologia para incluir escolas em ambientes de aprendizagem na rede. “Os alunos

estão o tempo todo no celular se comunicando, e a escola está passando ao lado dessas tecnologias”, critica. Ele ressaltou a importância da capacitação de profissionais, inclusive para aproveitamento de recursos tecnológicos em sala. “Há muitas tecnologias pedagógicas que podem ser usadas em ambientes interativos”, detalha.

O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) também reforça a importância da valorização da categoria. Samuel Fernandes, diretor da entidade, elenca a necessidade de reajuste salarial e de qualificação. “O governo deveria valorizar mais o professor, disponibilizar cursos de pós-graduação e mestrado.”